MULHERES

São Paulo bateu recordes de feminicídio. O Estado tem que agir como age diante de qualquer calamidade — e cuidar de quem cuida.

A proposta de decretação de Estado de Calamidade Pública na Segurança e nos Direitos das Mulheres tem amparo no Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Decreto Federal nº 11.640/2023) e permite transpor a rigidez orçamentária ordinária para o direcionamento imediato de recursos extraordinários.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Decreto de Calamidade Pública Estadual: reconhece o estado de calamidade em decorrência da epidemia de violência de gênero e feminicídios, dispensa de licitação para compras emergenciais de segurança, assistência, saúde e educação.

2 Tornozeleira Eletrônica com Geolocalização: dispositivos de segurança integrados ao monitoramento de agressores.

3 Cartografia do Risco: mapeamento em tempo real de boletins, medidas protetivas e chamados do 180/190, direcionando a Patrulha Maria da Penha e fortalecendo as salas lilás.

4 Comitê de Crise Paritário: condiciona a liberação dos recursos da calamidade a um comitê com segurança, Defensoria, Ministério Público, Saúde e movimentos de mulheres.

5 Portal de Transparência da Calamidade de Gênero: audita publicamente o uso de cada recurso liberado pela dispensa de licitação.

6 Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência de Gênero: Repasse do fundo estadual de enfrentamento à violência de gênero para o Conselho Estadual e Municipais das Mulheres e Redes de Acolhimento.

7 Auxílio-Aluguel Emergencial e Renda de Cidadania: subsídio habitacional, financeiro e social imediato para mulheres em risco crítico de feminicídio.

8 Interiorização de Casas-Abrigo: Casas da Mulher Brasileira/Paulista regionalizadas no interior, via dispensa de licitação da calamidade.

9 Auxílio-Aluguel Emergencial e Renda de Cidadania: subsídio habitacional, financeiro e social imediato para mulheres em risco crítico de feminicídio.

10 Interiorização de Casas-Abrigo: Casas da Mulher Brasileira/Paulista regionalizadas no interior, via dispensa de licitação da calamidade.

11 Auxílio-Aluguel Emergencial e Renda de Cidadania: subsídio habitacional, financeiro e social imediato para mulheres em risco crítico de feminicídio.

12 Interiorização de Casas-Abrigo: Casas da Mulher Brasileira/Paulista regionalizadas no interior, via dispensa de licitação da calamidade.

CAROLINA SIMON DEPUTADA ESTADUAL PSOL 50180

DIREITOS REPRODUTIVOS E INFÂNCIA PROTEGIDA

Estupro não é destino, gravidez forçada na infância é tortura. A legislação brasileira garante o aborto legal em três hipóteses — estupro, risco de vida e anencefalia fetal — e hospitais que recebem verba pública não podem criar barreiras ideológicas para negar esse atendimento.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Lei de Cassação de Recursos e Convênios Estaduais: proíbe repasse de verba pública a hospitais e Santas Casas que se recusem a realizar o aborto legal.

2 Protocolo Estadual "Infância Protegida": notificação compulsória imediata ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público quando uma unidade de saúde registrar pré-natal de menor de 14 anos.

3 Linha de Cuidado Integral Pós-Aborto: contraceptivos de longa duração gratuitos e acompanhamento psicológico contínuo na rede estadual.

4 Código de Direitos da Pessoa Gestante: endurece a legislação sobre violência obstétrica, incluindo penalidades para objeção de consciência fora dos limites éticos.

5 Programa "Infância Sem Casamento": monitoramento, com escolas, estratégia de saúde da família, conselho tutelar e defensoria, de uniões conjugais, civis ou religiosas, que mascaram estupro de vulnerável.

6 Campanhas Permanentes nas Escolas: material pedagógico para prevenção ao abuso sexual infantil via educação sexual integral no plano político-pedagógico (PPP) e/ou programa de ensino integral (PEI).

7 Telessaúde para Aborto Legal: protocolos de telessaúde para triagem e acompanhamento, reduzindo o tempo de espera em todo o território paulista.

8 Painel de Acesso ao Aborto Legal: mapeia publicamente quais hospitais realizam o procedimento e quantas solicitações foram atendidas ou negadas.

9 Fiscalização da Dignidade Reprodutiva: vistorias do mandato em hospitais de referência; aciona o Ministério Público contra sabotagem ao aborto legal.

10 Canal "Acesso Negado": ouvidoria digital do mandato para relatos de violação de direitos reprodutivos, com suporte jurídico imediato.

ECONOMIA DO CUIDADO
"ESTADO CUIDA DE QUEM CUIDA"

A Política Nacional de Cuidados (Lei Federal nº 15.069/2024) e o Plano Brasil que Cuida atribuem ao mandato estadual a tarefa de regionalizar e descentralizar essas diretrizes.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Centros Dia Estaduais: espaços de assistência especializada durante o dia para idosos e pessoas com deficiência.

2 Ampliação de Creches e Escolas de Tempo Integral: mais vagas na primeira infância e horário escolar ampliado.

CAROLINA SIMON DEPUTADA ESTADUAL PSOL 50180

3 Política Estadual de Cuidados: corresponsabilização entre Estado, famílias, iniciativa privada e comunidade, espelhando as diretrizes federais.

4 Frente Parlamentar de Apoio às Cuidadoras e Cuidadores: articula Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos na Assembleia.

5 Emendas para Infraestrutura de Cuidado: equipa e reforma infraestruturas de cuidado comunitário — bibliotecas, cozinhas, e mais.

6 Redes de Lavanderias e Cozinhas Comunitárias: criação de equipamentos públicos e comunitários que reduzem a sobrecarga do cuidado não remunerado.

7 Programa Teleassistência Emergencial: monitoramento e botões de emergência para idosos e pessoas com deficiência que vivem sozinhos.

8 Auxílio-Cuidado: auxílio financeiro para responsáveis de crianças com deficiência e cuidadores familiares que abdicaram do emprego formal.

9 Escola Estadual do Cuidado: cursos gratuitos via ETECs/FATECs em gerontologia e cuidados infantis e de PCD.

10 Selo Empresa Amiga do Cuidado: benefício fiscal ou preferência em licitações para empresas com política de flexibilidade e auxílio-cuidado.

11 Observatório e Audiências Regionais do Cuidado: mapeia oferta e demanda no estado; percorre macrorregiões debatendo com trabalhadoras domésticas, mães atípicas e movimentos de mulheres e PCD.

12 Apoio a Cirandas Infantis: espaços de cuidado coletivo de crianças durante reuniões e formações nos movimentos sociais.

VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA
SIMON
50180
DEPUTADA
ESTADUAL
PSOL

TERRA, ÁGUA E REFORMA AGRÁRIA

A terra e a água do são do povo, não do agro-hidronegócio canavieiro.

O Pontal do Paranapanema tem, no Rio Paraná e no Rio Paranapanema, pauta hídrica direta — municípios como Rosana e Euclides da Cunha Paulista vivem essa fronteira. A região concentra o maior número de assentamentos rurais do estado de São Paulo (Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Estrela do Norte), com expressividade na luta pelo acesso à terra e à água frente à expansão do agro-hidronegócio canavieiro.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Água pública e sem privatização: gestão pública e democrática da água e da energia a partir dos comitês de bacias do Paraná e do Paranapanema, contra a lógica de privatização de serviços essenciais.

2 Gestão Pública e Democrática da Água e da Energia: reestatização das companhias de água e energia, resguardando o caráter público da gestão hídrica e energética no território paulista.

3 Pauta Legislativa da Reforma Agrária Popular: garantir infraestrutura básica — estrada, energia, água, escola, acesso à saúde e assistência técnica, nos assentamentos rurais.

4 Diálogo Institucional: canal permanente entre o mandato e as organizações camponesas e de pequenos produtores.

5 Mapeamento de Conflitos Ambientais e Hídricos: sistematização conflitos nas fronteiras do estado de São Paulo junto a movimentos sociais.

6 Agroecologia como Política de Transição: incentivo estadual à conversão agroecológica para pequenos produtores, com incentivo às linhas de crédito estaduais.

7 Reconhecimento de Áreas de Relevância Ecológica: reconhecimento formal de áreas de preservação hoje sob pressão do agronegócio.

8 Proteção das "Sementes " como Patrimônio de Saúde: bancos de sementes crioulas reconhecidos como equipamentos de promoção da saúde coletiva e soberania alimentar, protegidos do pacote tecnológico dos agrotóxicos.

9 Rede de Feiras Agroecológicas: infraestrutura para circuitos regionais de feiras agroecológicas geridas ou co-geridas por mulheres.

10 Linha de Crédito "Mulher Camponesa": microcrédito desburocratizado e subsidiado para agroindústrias familiares e cooperativas geridas por mulheres assentadas.

11 Cotas de Gênero nas Compras Públicas de comida (PPAIS/PNAE): cota mínima de 50% de compras de alimentos de lotes geridos ou co-geridos por mulheres.

12 Data Estadual do Feminismo Camponês: evento anual no calendário oficial do Estado dedicado à reforma agrária popular e à resistência das mulheres do campo.

CAROLINA SIMON DEPUTADA ESTADUAL PSOL 50180

13 Apoio a Cirandas Infantis: espaços de cuidado coletivo de crianças durante reuniões e formações nos assentamentos.

14 Selo "Produzido por Camponesas": certificação estadual que agrega valor ético e comercial à produção agroecológica das mulheres do campo.



VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA
SIMON
DEPUTADA
ESTADUAL
PSOL
50180

SAÚDE

A saúde é um direito, não uma mercadoria

Acesso à saúde no interior, especialistas, saúde reprodutiva humanizada e saúde mental: o SUS é uma conquista histórica a defender.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Diagnóstico Regional de Saúde : mapeia os vazios assistenciais em especialidades médicas, saúde mental e atenção básica nos municípios da região.

2 Interiorização de Especialidades Médicas: incentivo estadual para fixar médicas e médicos especialistas em municípios com mais de 30 mil habitantes.

3 Rede de Saúde Mental no Interior: amplia CAPS e equipes itinerantes, articulada ao diagnóstico e atendimento humanizado.

4 Conselhos de Saúde: presença sistemática do mandato nos conselhos de saúde municipais e estadual.

5 Prevenção de IST's e HIV/AIDS : políticas informacionais nas escolas, testagens e aconselhamentos ampliados, e verba para "testagens móveis" (CTA-Móvel) em assentamentos rurais.

6 Fim das organizações sociais (OSs) e da privatização da gestão do SUS: defesa da gestão pública direta e valorização de trabalhadoras e trabalhadores da saúde.

7 Unidades Móveis de Acolhimento e Saúde da Mulher Rural: institui equipes multidisciplinares para prevenção à violência e promoção da saúde no campo.

8 Fila zero no SUS: implementa um planejamento estratégico e regional para redução da fila de consultas, exames e cirurgias no SUS

9 Valorização de trabalhadores do SUS: abertura de concursos públicos para servidores, valorização do plano de carreira, aumento do piso salarial

10 Saúde Mental e Redução de Danos: expansão e fortalecimento do CAPS AD (alcool e drogas), RAPS, e de iniciativas públicas antimanicomiais.



VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA SIMON 50180

DEPUTADA ESTADUAL
PSOL

SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança de verdade se faz com inteligência, transparência e controle social — não com mais violência do Estado.

A infraestrutura de dados já prevista para o enfrentamento à violência contra a mulher — Cartografia do Risco, tornozeleira com geolocalização, Patrulha Maria da Penha — é a porta de entrada para uma pauta de segurança pública mais ampla, como já vinha sendo discutida internamente na campanha. Este tema reúne essa ampliação, alinhada às posições de Sâmia Bomfim no plano estadual/federal.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Câmeras corporais obrigatórias na polícia: gravação automática e contínua, com regras rígidas contra desligamento ou manipulação por parte dos agentes.

2 Uso de câmeras de reconhecimento facial: fiscalização de empresas e órgãos responsáveis pelo armazenamento e processamento de dados pessoais (LGPD).

3 Corregedoria fortalecida e controle externo da polícia: investigação rigorosa de denúncias contra agentes e autoridades policiais, com fiscalização e controle social continuados.

4 Crime organizado se combate com inteligência: prioridade investigativa voltada às chefias e às redes financeiras do crime organizado, não apenas à ponta.

5 Desmilitarização da Polícia: estabelecimento de critérios graduais de desmilitarização da polícia no estado de São Paulo.

6 Fim do encarceramento em massa: estabelecimento de critérios de julgamento e alvarás de soltura com o uso de medidas alternativas e descriminalização das drogas.



VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA SIMON
DEPUTADA ESTADUAL
PSOL
50180

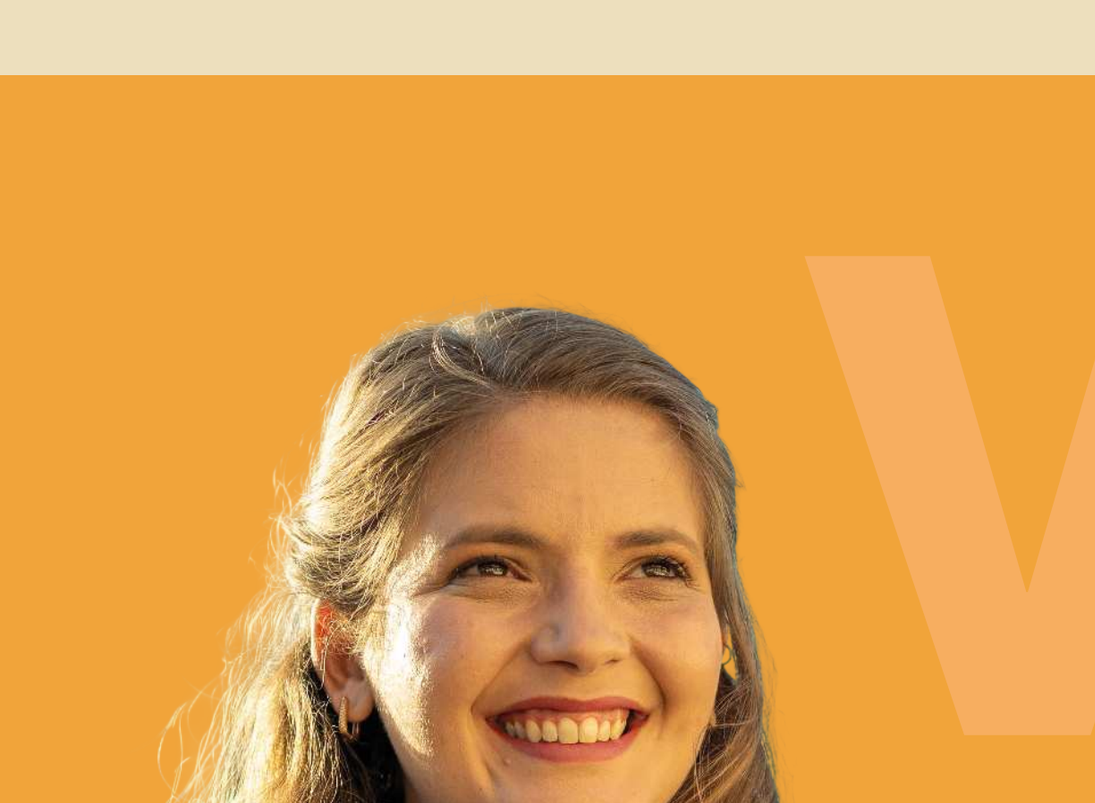
ANTIRRACISMO

Este estado não foi construído por bandeirantes — foi construído pelo sangue e suor dos povos invisibilizados.

O racismo estrutural no interior paulista se expressa de forma distinta da metrópole — menor visibilidade das comunidades negras e quilombolas, menor presença em espaços de decisão.

O QUE VAMOS DEFENDER

1. Mapeamento de Comunidades Negras, Quilombolas e Povos originários: mapeamento destes territórios, ações e projetos existentes.
2. Pauta Racial no Programa de Governo Estadual: incorpora diretrizes específicas para municípios do interior à política estadual de promoção da igualdade racial.
3. Articulação com povos de matriz afroindígena: canal de diálogo entre o mandato e as casas de matriz africana, quilombos, terras indígenas, para a promoção de ações no combate ao racismo.
4. Tombamento facilitado de terreiros e sítios de memória negra: tombamento pelo órgão estadual de patrimônio de terreiros de matriz africana e quilombos urbanos/rurais, com orçamento para manutenção física e museológica.
5. Reconhecimento de tambores e atabaques como patrimônio cultural: valorização formal dos instrumentos sagrados de matriz africana como patrimônio imaterial.
6. Fim da violência policial contra terreiros: criar protocolos que impeçam abordagem e criminalização de terreiros e de suas/seus praticantes.



VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA SIMON
DEPUTADA ESTADUAL
PSOL
50180

CULTURA

Cultura que vem do território — dos terreiros às estações de trem do interior paulista.

Sâmia Bomfim já cobra, a implantação do Sistema Estadual de Cultura de São Paulo — com conselho deliberativo eleito, plano e fundo permanente de financiamento, no espírito do "SUS da Cultura". Carolina assume essa mesma bandeira para o interior, com três acréscimos que nascem da experiência regional.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Sistema Estadual de Cultura de SP: Conselho, Plano e Fundo: implantação do Conselho Estadual de Cultura (deliberativo, com participação social), do Plano Estadual de Cultura e de um Fundo Estadual de Cultura permanente.

2 Valorização dos Pontos e Pontões de Cultura: criação da lei estadual cultura viva.

3 Corredor Cultural da Linha Férrea do Estado de SP: reconhecimento e fomento para a valorização do patrimônio histórico e cultural dos antigos galpões presentes nas linhas férreas do interior paulista, como corredor de memória, turismo e cultura popular.

4 Fomento à Cultura Afro-Brasileira no Interior: amplia acesso de terreiros e coletivos culturais negros a editais estaduais de cultura.

5 Concurso público, não terceirização, na cultura estadual: fim de terceirizações precárias em equipamentos e secretarias de cultura do Estado.

6 Piso mínimo para o orçamento da cultura: repasse de 1,5% do orçamento estadual; e repasse de 1% para os municípios paulistas.

7 Direitos trabalhistas para fazedores de cultura: Garantir leis trabalhistas, como seguro-desemprego, aposentadoria, décimo terceiro salário, seguro saúde, licença maternidade, licença paternidade, férias remuneradas, FGTS, entre outros



VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA SIMON
DEPUTADA ESTADUAL
PSOL
50180

LGBTQIAPN+

Interior sem violência, interior com direitos — a LGBTfobia tem geografia própria.

No interior, a LGBTfobia tem geografia própria — menos serviços, menos rede de apoio, menos visibilidade e mais invisibilização do que nos grandes centros. O corpo LGBTQIAPN+ é também o primeiro território de disputa, e a candidatura fala a partir de uma campanha-escola que já organiza pauta com coletivos e lideranças LGBTQIAPN+ do próprio Pontal.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Atendimento Humanizado à População Trans no SUS do Interior: protocolo estadual de atendimento humanizado a pessoas trans e travestis, nas suas UBS de referência.

2 Frente Parlamentar de Direitos LGBTQIAPN+ no Interior: espaço de articulação, na Assembleia, para pautas específicas fora dos grandes centros.

3 Educação Inclusiva e Combate à LGBTfobia Escolar: formação continuada de profissionais da educação em prevenção à LGBTfobia.

4 Mapeamento de Violências contra a População LGBTQIAPN+: dados regionais hoje inexistentes de forma consolidada, junto a Delegacias e Disque 100.

5 Casa de acolhimento LGBTQIAPN+ no interior: criação de casas de acolhimento LGBTQIAPN+ regionalizadas no território paulista.

6 Parada do Orgulho como patrimônio cultural imaterial: reconhecimento e financiamento público contínuo para paradas do interior paulista.

7 Pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho: garantir a inserção de pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho através do fomento à empregabilidade.

8 Fomento a projetos culturais LGBTQIAPN+: valorização de projetos culturais produzidos, em no mínimo 50%, por pessoas LGBTQIAPN+.



VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA SIMON
DEPUTADA ESTADUAL
PSOL
50180

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pessoas com deficiência não precisam de favor, precisam de direitos garantidos.

No interior, a ausência de transporte adaptado, intérprete de Libras e atendimento especializado é ainda mais grave do que nos grandes centros — falta de infraestrutura que se soma ao isolamento geográfico já identificado como padrão regional.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Programa Estadual de Centros Dia e PCD: consolida e amplia a rede de Centros Dia sob gestão ou parceria estadual no interior do estado de São Paulo.

2 Transporte Adaptado Intermunicipal: linhas e veículos adaptados entre municípios, hoje inexistentes na maior parte da região.

3 Libras nas Escolas e Serviços Públicos Estaduais: formação e contratação de intérpretes de Libras em escolas e equipamentos de saúde e assistência.

4 Acessibilidade nos Espaços Públicos: cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão em prédios públicos e vias urbanas e rurais no estado de São Paulo.

5 Sistema Estadual de Notificação de Doenças Raras e Neurodegenerativas: mapeamento com planejamento de recursos para diagnóstico precoce e acompanhamento terapêutico em um sistema de monitoramento digital.

6 Garantia da Centralidade do Trabalho para Pessoas com Doenças Degenerativas: proteção ao emprego e/ou transição para teletrabalho, reconhecendo o trabalho como fator de inserção social.

7 Promoção da Telessaúde e Sociabilidade Virtual: acesso a equipamentos de acessibilidade e internet para pessoas com deficiência.

8 Formação em Acessibilidade Atitudinal: cursos obrigatórios para servidores públicos da segurança, educação, assistência social e saúde sobre o modelo social da deficiência, combatendo o capacitismo institucional.

9 Pessoas com deficiência no centro do Planejamento Urbano: fiscalização dos Planos Diretores Municipais garantindo a "escala do corpo" e a participação social de PCDs para garantir o direito à cidade.

10 Cotas e permanência de PCDs nas universidades paulistas: criação de um sistema de reserva de vagas para PCDs nas universidades paulistas, atrelado a políticas de permanência estudantil.

CAROLINA SIMON DEPUTADA ESTADUAL PSOL 50180

VOTE



FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA SIMON

DEPUTADA ESTADUAL
PSOL

50180

EDUCAÇÃO

Educação pública forte no interior — contra o desmonte, pela autonomia da ciência.

São Paulo é hoje a 21ª colocada em salário do magistério entre os 26 estados; o governo estadual já cortou bilhões da educação pública, privatizou dezenas de escolas e ampliou a militarização escolar — um retrato que Sâmia Bomfim denúncia no plano estadual e que se sente com força também no interior.

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Mapeamento das Condições das Escolas Públicas: levantamento da infraestrutura, quadro docente e condições de trabalho nas escolas estaduais da região.

2 Autonomia Financeira das Universidades Estaduais: dotação que preserve a autonomia de UNESP, UNICAMP e USP frente a cortes orçamentários.

3 Fomento à Pesquisa Aplicada no Interior: fortalecimento de uma linha estadual de fomento — via FAPESP, vinculada a projetos de pesquisa no interior e litoral do estado.

4 Valorização de Pessoas Pesquisadoras: criação de diretrizes estaduais de reconhecimento das condições de trabalho de pessoas pesquisadoras, garantindo leis trabalhistas, como seguro-desemprego, aposentadoria, décimo terceiro salário, seguro saúde, licença maternidade, licença paternidade, férias remuneradas, FGTS, entre outros.

5 Diversidade na Produção do Conhecimento: ampliação da permanência estudantil e apoio à pesquisa para estudantes negras, indígenas, PCDs, LGBTQIAPN+ e do campo.

6 Ciência para o Povo — Divulgação Científica no Interior: fomento de projetos de extensão universitária e de divulgação científica voltadas à população no interior do estado.

7 Piso salarial docente e concurso público: valorização salarial da carreira docente e reposição de quadros via concursos públicos, extinguindo a precarização da ‘categoria O’.

8 Contra a militarização e a privatização de escolas estaduais: defesa da gestão pública direta das escolas, proibindo organizações sociais (OSs) e convênios com o modelo cívico-militar.



VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA SIMON 50180

DEPUTADA ESTADUAL
PSOL

TRANSPORTE

Pelo direito de ir e vir - o interior também merece transporte público de qualidade.

Sâmia Bomfim defende, na Alesp, o Metrô e a CPTM como empresas públicas de gestão direta, contra o desmonte e a privatização promovidos pelo governo estadual, e a tarifa zero como horizonte de política pública. Carolina estende essa mesma bandeira ao transporte regional do interior — onde a antiga malha ferroviária (caso da Sorocabana, que corta o Pontal do Paranapanema) já foi eixo estruturante de

O QUE VAMOS DEFENDER

1 Defesa do Metrô e da CPTM como empresas públicas: gestão direta, sem concessão à iniciativa privada, com investimento em manutenção, segurança e ampliação da rede.

2 Tarifa zero como horizonte de política pública: avançar progressivamente para a gratuidade no transporte público, começando por quem mais precisa.

3 Trem para as pessoas: retomada de ramais ferroviários regionais para passageiros, conectando municípios do interior e facilitando acesso a trabalho, educação e saúde.

4 Fim do monopólio do transporte intermunicipal e interestadual: abertura de licenciamentos para empresas de transporte intermunicipal e interestadual, visando extinguir atuais monopólios no transporte entre cidades.

5 Regulamentação do transporte intramunicipal: estabelecer normas, diretrizes operacionais e de estrutura para o funcionamento, uso e rede dos transportes públicos municipais.

6 Fim das concessionárias: reestatização das rodovias estaduais com a redução no valor dos pedágios e fim dos pedágios “free flow”.



VOTE

FEMINISTA&
DE ESQUERDA&
DO INTERIOR

CAROLINA SIMON
DEPUTADA ESTADUAL
PSOL
50180